

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

máxima que uma ASSET pode obter. Além disso, visando reforçar seu compromisso em incorporar critérios sociais, ambientais e de governança corporativa nos processos de análise e gestão de ativos, desde 2012 a VAM é signatária do PRI - *Principles of Responsible Investment*. A VAM atualmente está entre as dez maiores gestoras de ativos no Brasil de acordo com o ranking de gestores da ANBIMA, ocupando a 9ª posição ao final de Jun. 16, e atua em um amplo grupo de segmentos de investidores - de *corporate* e institucionais a clientes de *private bank* e distribuidores. No segmento de produtos estruturados, a VAM encerrou Jun. 16 com volume administrado de R\$ 18,0 bilhões e ocupa a 3ª posição no Ranking de Gestores de Fundos *Imobiliários*, a 7ª posição no Ranking de Gestores de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e a 4ª posição de Fundos de Investimentos em Participações Elaborados pela ANBIMA, com participação de mercado de 9,4%, 3,1% e 6,2%, respectivamente.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)			
	Nota	30.06.2016	30.06.2015
ATIVO CIRCULANTE		149.223	136.025
Disponibilidades	4	2.065	423
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	119.941	112.160
Aplicações em depósitos interfinanceiros		119.941	112.160
Outros Créditos		26.805	22.908
Rendas a receber		10.652	8.880
Diversos	7	16.153	14.028
Outros Valores e Bens		412	534
Despesas antecipadas	8	412	534
ATIVO NÃO CIRCULANTE		30.607	24.354
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		26.527	20.351
Títulos e Valores Mobiliários		7.420	6.859
Carteira própria	6a	7.420	6.859
Outros Créditos		19.107	13.492
Diversos	7	19.107	13.492
PERMANENTE		4.080	4.003
Investimentos		2.293	2.188
Outros investimentos	9	3.987	3.734
(Imparidade acumulada)	9	(1.694)	(1.546)
Imobilizado de Uso		447	817
Outras imobilizações de uso	10	447	817
(Depreciação acumulada)		(4.384)	(4.003)
Intangível		1.340	998
Ativos intangíveis		10.696	8.822
(Amortização acumulada)		(1.870)	(1.286)
(Imparidade acumulada)		(7.486)	(6.538)
TOTAL DO ATIVO		179.830	160.379

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Outras Reservas	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
EVENTOS							
Saldos em 31.12.2014		46.536	6.593	24.654	4.348	-	82.131
Aumento de capital	15a	4.348	-	-	(4.348)	-	-
Prejuízo do período		-	-	-	-	(4.926)	(4.926)
Saldos em 30.06.2015		50.884	6.593	24.654	-	(4.926)	77.205
Mutações do período		4.348	-	-	(4.348)	(4.926)	(4.926)
Saldos em 31.12.2015		50.884	6.593	18.916	-	-	76.393
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	9.036	9.036
Destinações - Reserva legal		-	-	-	-	(452)	(452)
Saldos em 30.06.2016		50.884	7.045	18.916	-	8.584	85.429
Mutações do período		-	452	-	-	8.584	9.036

O Lucro por Quota está divulgado na Demonstração do Resultado

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A Votorantim Asset e Suas Operações

A Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Companhia") é uma companhia de capital fechado que tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Votorantim ("Conglomerado") e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e permissões incluem: o valor residual do ativo líquido das Demonstrações Contábeis por autorização pela Diretoria em 04 de agosto de 2016.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 - Demonstração de Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 04 de agosto de 2016.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, não sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste resultante das operações de mercado futuro divulgadas por fontes externas ou o valor líquido provável de realização do índice por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no período de cada período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com Títulos e Valores Mobiliários.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

g) Ativo Permanente

Investimentos, os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 10).

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a Licenças de uso, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A Companhia avalia ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 11).

Retorno ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade
A Companhia avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:
Softwares - os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente e adequados às necessidades da Companhia, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar técnicas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software não atrinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

i) Benefícios a Empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a Companhia reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

No "Programa de incentivo de curto e longo prazo" elegível aos diretores e empregados da Companhia, é oferecida a oportunidade de investir em "ações virtuais" da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em Outras Despesas Administrativas - Provisão para pagamentos a curto e longo prazo à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 18.

Tributos
Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	0,65%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%
⁽²⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.	

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das regras de reversão de provisões com o regime de competência, o pronunciamento requer que a Companhia reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o reconhecimento do passivo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como de perdas prováveis são reconhecidos contabilmente.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

i) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30.06.2016	30.06.2015
Disponibilidades	2.065	423
Disponibilidades em moeda nacional	2.065	423
Total	2.065	423

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30.06.2016	30.06.2015
Aplicações em depósitos interfinanceiros	119.941	112.160
Total	119.941	112.160

6) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Rendas de aplic. em dep. interfinanceiros (Nota 6b)	7.942	6.640
Total	7.942	6.640

6. Títulos e Valores Mobiliários - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

30.06.2016		30.06.2015	
Valor de Mercado	Total	Valor de Mercado	Total
Vencimento em Dias			
1 - Títulos Disponíveis para Venda	7.420	7.420	7.420
Títulos Privados	7.420	7.420	7.420
Cotas de FIDC	7.420	7.420	7.420
Total	7.420	7.420	7.420

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

30.06.2016		30.06.2015	
Valor de Mercado	Total	Valor de Mercado	Total
Vencimento em Dias			
Acima de 360			
Carteira própria	7.420	7.420	7.420
Total	7.420	7.420	7.420

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	7.942	6.640
Aplicações em fundos de investimento	426	1.164
Total	8.368	7.804

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2016 e 2015 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

7. Outros Créditos - Diversos

	30.06.2016	30.06.2015
Adiantamentos e antecipações salariais	792	659
Valores a receber de sociedades ligadas	200	243
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 16d)	30.405	23.835
Devedores diversos - no País	316	473
Devedores por depósitos em garantia (Nota 19f)	510	117
Impostos e contribuições a compensar	687	805
Títulos e créditos a receber	2.338	1.370
Outros	12	18
Total	35.260	27.520
Ativo circulante	16.153	14.028
Ativo não circulante	19.107	13.492

8. Outros Valores e Bens

	30.06.2016	30.06.2015
Despesas antecipadas	-	2
Despesas de processamento de dados	-	95
Despesas de serviços técnicos especializados	25	9
Despesas de manutenção e conservação	345	393
Outras	42	44
Total	412	534

9. Investimentos

	30.06.2016	30.06.2015
Investimentos por incentivos fiscais	3.957	3.703
Títulos patrimoniais	-	1
Outros	-	30
Total	3.987	3.734

10. Imobilizado de Uso

	31.12.2015	1º Semestre/2016	30.06.2016	30.06.2015
	Saldo contábil	Movimen- tações	Depreciação	Saldo contábil
Móveis e equipamentos	404	19	(16)	1.683
Sistema de comunicação	250	1	(251)	814
Sistema de processamento de dados				

17. Partes Relacionadas

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal-Chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria:

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Honorários e Pró-labore	403	433
Gratificações	6.108	5.298
Encargos sociais	2.018	1.993
Total	8.529	7.724

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal-Chave da Administração. As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e a Votorantim S.A., sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A.. A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta-corrente (não remunerados), depósitos remunerados e captações no mercado aberto. Há ainda contratos de prestação de serviços. A Companhia não concede empréstimos ao Pessoal-Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

	30.06.2016				
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	1.806	-	254	-	2.060
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	119.941	-	119.941
Outros ativos	-	-	200	-	200
Passivos					
Outros passivos	-	-	(1.600)	-	(1.600)
Rendas de juros e prestação de serviços					
	-	-	7.942	-	7.942
					30.06.2015
Ativos					
Disponibilidades	-	-	158	-	165
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	112.160	-	112.160
Outros ativos	-	-	243	-	243
Passivos					
Outros passivos	-	-	(3.801)	-	(3.801)
Rendas de juros e prestação de serviços					
	-	-	6.639	-	6.639

18. Benefícios a Empregados

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Companhia implementou no primeiro semestre de 2013 o Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

A Companhia possui 3 planos de incentivos de longo prazo que têm como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

a) Incentivo variável condicionado: plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados da Companhia.

b) Incentivo de longo prazo: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas "ações virtuais") da Companhia baseada na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) Programa de compra de ações virtuais: plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados têm a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas "ações virtuais") da Companhia e, em contrapartida, a Companhia entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, foram reconhecidos no resultado em "Despesas de Pessoal - Proventos" da Companhia R\$ 13.989 (R\$ 13.673 no semestre findo em 30 de junho de 2015) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores da Companhia, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo quatro anos contados da data da concessão, cuja liquidação ocorre em espécie.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, ocorreram pagamentos no valor de R\$ 18.340, sendo R\$ 6.987 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2012, R\$ 10.313 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2013 e R\$ 1.040 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2014.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia registrou na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" o montante de R\$ 44.439 (R\$ 36.198 em 30 de junho de 2015).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e nos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio Líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio Líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio-base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Quantidade inicial	9.465.833	5.452.515
Novos	2.883.353	2.705.048
Pagos	(4.070.854)	(1.636.501)
Canceladas	(353.167)	-
Quantidade final	7.925.165	6.521.062

O valor inicial das ações virtuais concedidas é calculado sobre o Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social, onde é atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

19. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações trabalhistas

A Companhia é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Provisões para demandas trabalhistas e fiscais - Prováveis

A Companhia constitui provisão para demandas trabalhistas e fiscais com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas e fiscais.

d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e trabalhistas classificadas como prováveis

	Demandas fiscais		Demandas trabalhistas	
	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Saldo inicial	421	391	10.998	4.867
Constituições	-	-	3.669	3.518
Reversão da provisão	-	-	(3.357)	(1.603)
Baixa por pagamento	(8)	-	(1.689)	(663)
Atualização monetária	13	11	491	884
Saldo final	426	402	10.112	7.003

d.2) Cronograma esperado de desembolsos

	30.06.2016	
	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	10.112	426
Total	10.112	426

e) Passivos contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	30.06.2016	30.06.2015
Demandas fiscais ⁽¹⁾	6.114	4.767
Demandas trabalhistas ⁽²⁾	61.503	13.488
Demandas cíveis	391	-
Total	68.008	18.255

⁽¹⁾ O principal processo contingente avaliado como risco de perda possível está relacionado à IRPJ/CS sobre Juros sobre o Capital Próprio.

⁽²⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

f) Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	30.06.2016	30.06.2015
Demandas cíveis	28	5
Demandas fiscais	32	29
Demandas trabalhistas	450	83
Total	510	117

20. Gerenciamento de Riscos e de Capital

a) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pela Companhia. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos. Para se alinhar às práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital,

o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descaimento entre os ativos e passivos.

d) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

e) Risco de mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

f) Gerenciamento de capital

Segundo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de capital (visão regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, concebidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de Companhias assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e Companhias abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 30 de junho de 2016, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 14,92% (14,86% em 30 de junho de 2015).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

21. Outras informações

a) Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 30 de junho de 2016.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o semestre findo em 30 de junho de 2016, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de agosto de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador - CRC 1SP245785/O-2

Aos

Administradores e aos Quotistas da

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa